



PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - PTDRS

TERRITÓRIO ENTRE RIOS

PIAUÍ - 2006.

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTAVEL – PTDRS (MDA / EFPT)**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luis Inácio Lula da Silva

MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
Miguel Soldatelli Rosseto

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Humberto Oliveira

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
Wellington Barroso de Araújo Dias

COORDENAÇÃO TÉCNICA
EFPT – Escola de Formação Paulo de Tarso

TERRITÓRIO ENTRE RIOS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1. METODOLOGIA DO PROCESSO PARTICIPATIVO	5
2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ENTRE RIOS	7
2.1. Características Gerais	7
2.1.1. População Residente e Densidade Demográfica	8
2.1.2. Urbanização	8
2.1.3. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e Pobreza	9
2.1.4 Produto Interno Bruto – PIB e PIB <i>Per Capta</i>	9
2.1.5. Finanças Municipais	9
2.1.6 Uso das Terras e Condição do Produtor	9
2.2. Características Histórico-Culturais	10
2.3. Fisiográficas e Ambientais	11
2.4. Características Socioeconômicas	13
2.5. Características Político-institucionais	15
3. VISÃO DE FUTURO	17
4. ANÁLISE PARTICIPATIVA DE PROBLEMAS E POTENCIALIDADES TERRITORIAIS	19
5. PROGRAMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	21
5.1. Objetivos Gerais	21
5.2. Diretrizes Estratégicas e Linhas de Ação	21
5.3. Projetos Estratégicos	23
6. GESTÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	25
7. BIBLIOGRAFIA	27
8. Anexos - Tabelas	28

A experiência piauiense na formulação e implementação de programas e projetos para o desenvolvimento rural é vasta, diversificada e marcada pela equivocada adoção de modelos administrativos e econômicos tradicionais que não respeitam as expressões territoriais em suas particularidades históricas e sociais.

A construção social e teórica de *Territórios*, emergente no Piauí a partir de 2003, potencializa a revalorização do espaço rural e vem ao encontro das demandas sociais de incorporação do critério espacial na definição de políticas públicas.

A sistematização da versão preliminar desse Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS reflete o marco zero de um complexo processo de mobilização, reflexão e planificação de estratégias para o desenvolvimento, que vem sendo construído pela integração entre sociedade civil e poder público, com vistas à desmistificação, classificação e superação da pobreza rural.

Nessa estratégia, com o apoio da EFPT – Escola de Formação Paulo de Tarso na articulação territorial, optou-se pela consulta e participação efetiva dos municípios na elaboração do diagnóstico, na definição de estratégias de desenvolvimento, através da proposição de ações de políticas públicas que reflitam os interesses e necessidades das populações na promoção do desenvolvimento com sustentabilidade.

Dessa forma, esse processo tem início em 2003 com as “Conferências das Cidades”, desenvolvidas nas quatro macro-regiões do Estado (Litoral, Meio Norte, Semi-Árido e Cerrados) que sistematizaram as principais demandas, os obstáculos e potencialidades para o desenvolvimento do Piauí. Em seguida, as oficinas ocorridas em 2004 e 2005 do PRONAT – Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais e do PLANAP – Plano de Desenvolvimento da Bacia do Rio Parnaíba sistematizaram as proposições em eixos aglutinadores dos então oficializados Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí que totalizam onze. Ainda em 2005, o Estudo Propositivo para Dinamização Econômica dos Territórios Rurais condensou importantes tabelas com dados secundários que retratam, em números, a realidade do Território entre Rios.

Foi a partir dessas construções que a EFPT, responsável pela articulação territorial do Entre Rios, facilitou junto ao colegiado territorial a priorização de informações e sua sistematização nesse documento aqui apresentado.

Em sua estruturação, o documento apresenta seis partes que são: *Metodologia do Processo Participativo* – descrição sintética do processo participativo desenvolvido no território; *Caracterização do Território Entre Rios* – caracterização do território nos vários aspectos sócio-culturais, político-institucionais, ambientais e econômicos; *Visão de Futuro* – apresentação da visão de futuro desejada pela sociedade para o território; *Análise Participativa de Problemas e Potencialidades Territoriais* – com a seleção dos principais problemas e potencialidades, oportunidades e ameaças ao desenvolvimento; *Programação para o Desenvolvimento Territorial* – onde são apresentadas as opções estratégicas, em seus eixos e prioridades; por fim a *Gestão Social do Desenvolvimento Territorial* - com descrição do modelo de gestão para a aplicação e fiscalização do PTDRS.

1. METODOLOGIA DO PROCESSO PARTICIPATIVO

O processo participativo de construção do PTDRS do Entre Rios teve nas Conferências das Cidades o primeiro momento de sensibilização e mobilização dos agentes territoriais.

A partir dessas conferências que levantaram as principais demandas, potencialidades e obstáculos para o desenvolvimento sustentável do estado, a SEPLAN – Secretaria Estadual de Planejamento, juntamente com a Secretaria das Cidades, A Secretaria de Desenvolvimento Rural e o CEDERPA – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, mapearam os 11 (onze) territórios de desenvolvimento do Estado do Piauí que por sua vez se subdividem em 36 aglomerados de municípios.

Em 18 de setembro de 2003, uma resolução do CEDERPA reconhece cinco territórios – Entre Rios, Carnaubais, Serra da Capivara, Vale do Rio Guaribas e Alto Parnaíba - como prioritário para a atuação do PRONAT – Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais, de acordo com os critérios definidos pela SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial. ONGs foram escolhidas em oficinas territoriais para atuarem como articuladoras do processo de sensibilização, mobilização e articulação institucional para o diagnóstico e planejamento dos territórios rurais.

Nesse mesmo período um outro processo de planejamento já estava em andamento no estado, era a construção do PLANAP – Plano de Desenvolvimento da Bacia do Rio Parnaíba, numa ação conjunta entre CODEVASF e SEPLAN.

A característica específica do PRONAT, com a demanda de aplicação de recursos anuais para infra-estrutura da agricultura familiar, fez com que os cinco territórios acima citados tivessem um processo de mobilização social diferenciado dos outros territórios não priorizados pelo CEDERPA.

A construção do PTDRS não se fez isolada da construção do PLANAP, fazendo uso de toda a mobilização social e institucional já construída e propondo um modelo de gestão social.

Assim, a metodologia utilizada para a elaboração do PTDRS implicou inicialmente a imersão dos articuladores/as territoriais nos municípios que compõem o território com os objetivos de apresentar o programa, fazer os primeiros contatos institucionais e escolher de forma participativa os representantes dos municípios para as oficinas de território.

Cada município apresentou quatro representantes sendo dois do Poder Público – Prefeitura e Câmara de Vereadores e dois da Sociedade Civil – Sindicato de Trabalhadores Rurais e outra entidade do movimento social.

Todos os representantes municipais compõem o colegiado territorial que por sua vez se organiza em Núcleo Diretivo – composto por dois representantes da sociedade civil e dois do poder

público escolhidos por aglomerado de município; e Núcleo Técnico – composto por profissionais das várias áreas de conhecimento e indicados pelo colegiado.

Durante as oficinas de territórios, oficinas estaduais, visitas técnicas aos municípios, foi-se construindo o caminho de aproximação da realidade de nossos municípios rurais. A sistematização do Estudo Propositivo para a dinamização econômica dos territórios condensou dados secundários que facilitaram uma maior visualização das potencialidades e limitações do desenvolvimento da agricultura familiar, aqui entendida enquanto diretriz estratégica para a construção de um novo modelo de desenvolvimento capaz de compatibilizar geração e distribuição de riqueza, equidade social e respeito ao meio ambiente, através de processos participativos de construção e/ou fortalecimento da gestão social.

Assim sendo, o caminho metodológico de construção do PTDRS faz deste um produto dinâmico por estar em constante reelaboração. Por não ser só um produto, mas também a sistematização de um processo, o envolvimento dos agentes territoriais com a elaboração do PTDRS tem permitido compreender cada vez mais a complexidade dos territórios piauienses, e também tem desafiado a criatividade no sentido da construção de propostas viáveis e que tenham uma intervenção multidimensional no território.

2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ENTRE RIOS

2.1. Características Gerais

O Território **Entre Rios** é composto por **03** (três) Aglomerados que agrupam **30** (trinta) municípios do Estado do Piauí, equivalente a **13,51%** do total de municípios piauienses. O território recebe o nome de Entre Rios por ter seus municípios situados entre os rios Parnaíba e Poti. A análise a seguir é baseada nos dados do anexo 1.

MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO ENTRE RIOS:

Tabela 1

Aglomerado (ordem de classificação no Estado)	Municípios	Área (Km²)
AG 07	Miguel Alves; Altos; José de Freitas; Lagoa Alegre; Teresina; União; Pau d'Arco do Piauí.	7.639,7
AG 08	Beneditinos; Curalinhos; Demerval Lobão; Lagoa do Piauí; Miguel Leão; Monsenhor Gil, Coivaras e Alto Longa.	4.587,8
AG 09	Agricolândia; Água Branca; Amarante; Angical do Piauí; Barro Duro; Hugo Napoleão; Jardim do Mulato; Lagoinha do Piauí; Olho D'Água do Piauí; Palmeirais; Passagem Franca do Piauí; Regeneração; Santo Antônio dos Milagres; São Gonçalo do Piauí; São Pedro do Piauí.	7.041,5
TOTAL		19.269

O território está localizado numa área denominada Chapada do Corisco e nele está localizada a capital do estado - Teresina. A presença da capital torna mais complexa a análise do diagnóstico do território, uma vez que, por ser o único município urbano do Estado, os índices estatísticos de Teresina, ao serem somados aos dos outros municípios, camufla a pobreza rural que marca o território.

De acordo com os dados da tabela 2 (Anexo 1), destacamos, em relação à área em km², Teresina com 1.755,6 Km² e Alto Longa com 1.621,3 Km² com as maiores áreas. Por outro lado, os municípios de Santo Antônio dos Milagres (33,1) e Lagoinha do Piauí (67,5) possuem as menores extensões territoriais correspondendo a 0,59% do território total do Entre Rios.

Para efeito deste estudo, os municípios com até 10.000 pessoas residentes nas áreas urbanas são considerados rurais. Neste sentido, com exceção de Água Branca, Altos, Demerval Lobão, José de Freitas, Regeneração, União, Alto Longa e Teresina, as demais cidades do território são consideradas rurais. Este indicador é de extrema importância, pois denota o perfil rural do território Entre Rios.

O Território Entre Rios, em sua composição de 32 municípios, ainda não tem o reconhecimento oficial. Em sua composição inicial foi denominado **Região Integrada da Grande Teresina** e era composto por 14 municípios (Altos, Beneditinos, Coivaras, Currálinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Pau D' Arco, Teresina e União). Como essa composição foi oficialmente reconhecida pelo decreto nº 4.367 de setembro de 2003 e referendada pelo CEDERPA – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, o território ainda aguarda o reconhecimento de sua atual composição.

2.1.1. População Residente e Densidade Demográfica

A população residente no Território totaliza **1.035.333 habitantes**, o que equivale a **36,41** da população total do Estado do Piauí. Os municípios de Teresina (715.360) e Altos (36.130) são os de maior população residente; e os municípios de Miguel Leão (1.370) e Santo Antonio dos Milagres (1.876) os de menor população residente.

O Território é constituído, na sua maioria, por municípios com população superior a 5.000 habitantes. Do total de 30 municípios, 12 (40%) são municípios pequenos.

A densidade demográfica média do Território é de **39,470 hab/Km²**, enquanto que a densidade do Estado do Piauí é de 11,31 hab/Km².

Dentre os municípios, tem-se as maiores densidades em Teresina (407) e Água Branca (149,7); enquanto que as menores densidades estão em Passagem Franca do Piauí (4,9) e Pau D'Arco do Piauí (7,0).

2.1.2. Urbanização

A taxa de urbanização média do Território é alta com destaque para Teresina (94,7%). Os municípios com índice inferior a 50% são um total de 13, correspondendo a 43,3%. Esses índices refletem a realidade do território que apesar da forte tendência rural da economia, apresenta tendências para um processo de urbanização crescente devido à presença da capital Teresina e cidades do entorno.

2.1.3. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e Pobreza.

O território Entre Rios apresenta IDH superior ao do Estado sendo este de 0,656 e o do território de 0,709, conforme tabela do anexo 2 e 3. Na análise desse índice, a renda é o que mais contribui no rebaixamento do IDH nos municípios do território. Dos municípios que apresentam menores índices estão Miguel Alves (0,540) e Passagem Franca do Piauí (0,564); dentre os que apresentam índice mais elevado estão Teresina (0,767) e Água Branca (0,652).

Quanto ao índice de pobreza por domicílio, o território apresenta índice inferior ao do Estado, sendo este de 44,80% e o do território de 25,9%. Os municípios de domicílios mais pobres são Pau D'Arco do Piauí (84,2) e Passagem Franca do Piauí (76,7). Com exceção de Teresina (12%), São Gonçalo do Piauí (34,5%), Água Branca (36,5%) e Angical do Piauí (36,1%), todos os outros municípios apresentam índice acima de 40% de domicílios pobres, o que reforça a análise de municípios rurais pobres compondo esse território.

2.1.4 Produto Interno Bruto – PIB e PIB *Per Capta*

O Produto Interno Bruto do Território, segundo gráfico do anexo 4 é superior ao estado, ficando pouco abaixo do índice da região nordeste.

O PIB *per capita* médio do Território, segundo tabela do anexo 5 é de R\$1.872. O *per capita* piauiense é de R\$2.113,00.

2.1.5. Finanças Municipais

As finanças municipais no território são compostas basicamente por repasses constitucionais do Tesouro Nacional. Dentre as receitas as mais significativas são o FPM - Fundo de Participação dos Municípios e o FUNDEF – Fundo para o Desenvolvimento da Educação Fundamental.

Pela análise da tabela do anexo 6 pode-se concluir que entre os anos de 1991 a 2001 o percentual de renda proveniente de transferências governamentais cresceu enquanto o percentual de renda proveniente de rendimentos do trabalho diminuiu. Isso significa dizer que as finanças municipais ficaram menos sustentáveis pelo aumento da dependência junto ao governo federal.

2.1.6 Uso das Terras e Condição do Produtor

Segundo dados das tabelas do anexo 7, cerca de 68,7% das terras estão utilizadas com culturas, pastagens, matas e florestas.

No que se refere à condição do produtor, de acordo com a tabela 8, apenas 28,9% são proprietários, 28,8% são arrendatários, 13,9% são parceiros e 28,5% são ocupantes. Somando-se as três últimas ocupações tem-se que 71,2 % dos produtores não possuem terras próprias.

2.2. Características Histórico-Culturais

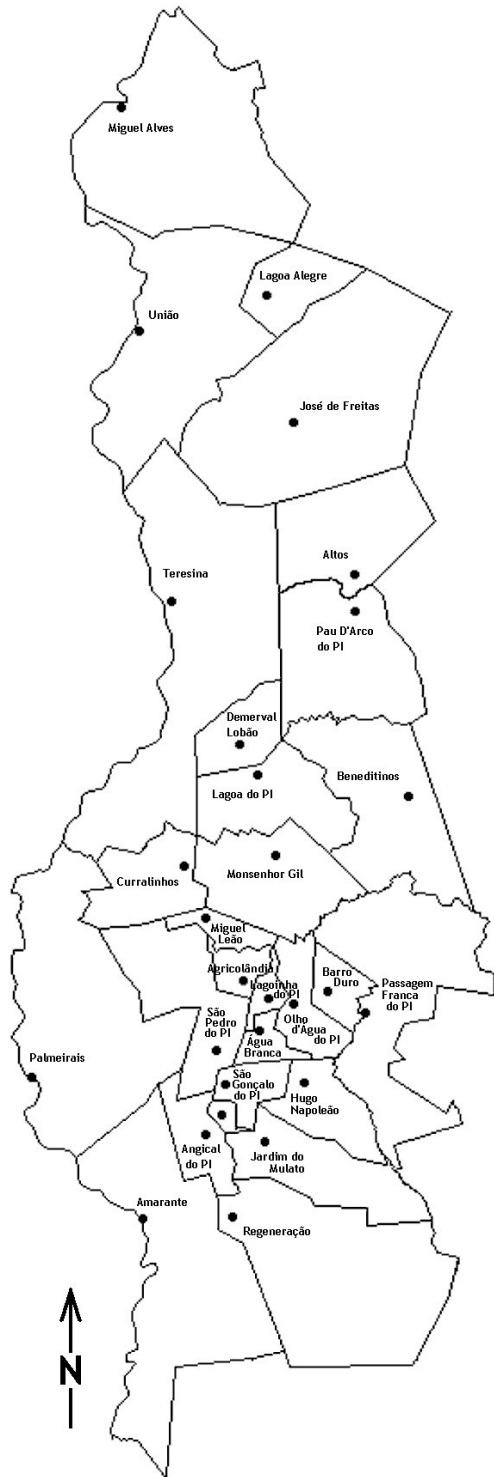
A Historiografia moderna, no que se refere ao povoamento do Piauí, ressalta duas etapas: a primeira chamada de ocupação primitiva, que por sua vez se diferencia em primitiva pré-histórica, ocorrida a cerca de 50 mil anos e que faz do Piauí o berço do Homem Americano, e primitiva nativa, que fora realizada por inúmeros grupos humanos, extintos pelos colonizadores em todos os quadrantes do território que deu origem ao estado; a segunda etapa do povoamento foi a colonial, realizada sob os auspícios da Coroa Portuguesa e da Igreja, na segunda metade do século XVI.

A ocupação colonial se sustentava em dois elementos principais: 1) a implantação de fazendas de gado para exploração da pecuária extensiva de acordo com a diretriz mercantilista da Coroa Português; 2) o interesse de grupos de aventureiros que objetivavam acumular riquezas preando os povos nativos. As fazendas de gado tornaram-se a base do crescimento econômico, social e político do Piauí. Foi ao redor das fazendas de gado que se formaram os primeiros núcleos populacionais e a primeira capital da província Oeiras, antiga Vila da Mocha e que, por estar nos “sertões de dentro”, posição geográfica desfavorável para suas funções de capital (contatos políticos, administrativos e de negócios), perdeu o título para uma vila situada à margem do rio Parnaíba, na confluência com o rio Poti, que originou a cidade de Teresina, atual capital do estado. Desse processo de povoamento, o Piauí herdou características étnicas, lógica política e de traços culturais que perduram até os dias de hoje.

Rico em manifestações culturais, o Piauí e de forma particular o Território Entre Rios possui inúmeras danças típicas como bumba-meu-boi, cavalo piacó, tambor de crioula, congos e uma diversidade de comidas típicas, de festas religiosas que misturam manifestações católicas e não-católicas, retratando a força dos interesses dos grupos que bravamente povoaram nosso território e originaram nosso estado.

2.3. Características Fisiográficas a Ambientais

Território Entre Rios*



Localização do Território no Estado



* Não há mapa que integre Alto Longá e Coivaras.

As características fisiográficas e ambientais abaixo apresentadas foram extraídas da fonte CPRM/MME, EMBRAPA, IBGE, ZEE Cerrados/MMA, Visão Global – CEPRO, SEMAR, IBAMA, sistematizadas no PLANAP.

Relevo	Toda a geografia piauiense pertence ao maciço nordestino. O relevo do Território é de terreno plano a suavemente ondulado, com testemunhos tabulares, oscilando a altitude entre 100 e 300 metros.
Temperatura	A temperatura varia anualmente com médias das mínima de 21°C, média de 26,3°C e máxima de 32,5°C.
Clima	Predomina o clima semi-árido e as temperaturas anuais variam entre com 26,7° C a 27,5° C.
Água subterrânea e rios principais	No território chove em média 06 meses ao ano (de dezembro a abril). Apresenta um índice pluviométrico médio/anual variando de 1.223 a 1.522.mm/ano com chuvas bem distribuídas durante os meses chuvosos. Possui potenciais relevantes, como a oferta de águas subterrâneas e superficiais satisfatórias, traduzidos em dois rios caudalosos (Parnaíba e Poti), riachos perenes, cachoeiras e inverno regular.
Vegetação	Cerrado e caatinga.
Unidade de conservação	de Áreas de preservação florestal: – Fundação Zoobotânica, Decreto no 1.608, de 05/73, 180 hectares, em Teresina; – Parque Municipal da Floresta Fóssil do Rio Poti, Decreto no 2.195, de 08/01/93, 13 hectares, em Teresina.

2.4. Características Sócio-econômicas

A seguir são apresentadas análises das condições sócio-econômicas do território a partir da validação do Estudo propositivo:

- A produção da agricultura familiar nem sempre vai para o mercado. Ela representa boa parte de auto-abastecimento.
- As pesquisas agropecuárias e extrativistas se baseiam em três fontes principais: Secretaria de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o EMATER.
- Sabe-se que existem distorções entre as informações originadas pelas diversas fontes geradoras dos dados. Para amenizar essas distorções, o Estudo foi trabalhado a partir de séries históricas, e não com dados absolutos. Trabalhamos com dados relativos, percentuais. Analisar dados, por exemplo, desde de 1990, nos permite identificar a tendência do Território. Com a tendência se chega mais próximo da realidade.
- Identificadas as tendências agro-econômicas dos Territórios, é necessário saber se essa tendência inclui a agricultura familiar.
- Foram apresentados e discutidos dados sobre a produção familiar agro-econômica dos municípios que compõem o Território e confrontados com a produção do estado.
- Foram cruzados dados de: quantidade produzida e área plantada = produtividade (tem a ver com tecnologia/ sistema de produção); quantidade produzida e valor da produção = rentabilidade (tem a ver com mercado); área plantada e área colhida = quebra de safra (pode ser problemas com seca ou enchentes).
- Quando se pensar em ações de agro-industrialização dos produtos da agricultura familiar, tem que se pensar em melhorar o aspecto da qualidade desses produtos. Uniformidade dos produtos.
- O não planejamento da produção é algo que tem dificultado a inserção da agricultura familiar no mercado.
- A CEASA do Piauí dá preferência a receber os produtos importados de outros estados porque eles têm regularidade de oferta.
- Do ponto de vista da produção, há uma leitura de potencialidade para a fruticultura neste Território.
- Quanto às atividades pecuárias, é necessário repensar o sistema de criação. Precisa-se qualificar os rebanhos, principalmente quanto ao manejo alimentar dos animais, manejo reprodutivo e de sanidade.

- A produção de mel no Território está crescendo de forma intensa. O mel está crescendo cerca de dez toneladas por ano. Os dados mostram uma tendência forte. Precisa-se analisar se esta tendência está sendo colocada pelo mercado ou pelas oportunidades de produção. Precisa-se certificar também se esta é uma produção da agricultura familiar.
- O aumento da produção de carvão vegetal extrativista é preocupante. O desmatamento traz como consequência um dano ambiental considerável. Não existe ainda no estado manejo para a produção de carvão.
- Mesmo com o declínio do babaçu, o Território ainda responde por um terço da produção do estado.
- Com relação à carnaúba, mesmo com o declínio nos anos noventa, atualmente o pó da carnaúba está em franco crescimento.
- Das cooperativas identificadas no Território, um conjunto delas é ligado a OCEPI (Organização das Cooperativas do Estado do Piauí) e o outro não. Algumas delas foram criadas somente no papel, não respondendo à necessidade dos produtores. Vale ou não à pena se pensar em cooperativa como fortalecimento da agricultura familiar?
- Quanto à oferta de assistência técnica oficial, foram contabilizados 120 técnicos do EMATER para o Território. A maioria deles está lotada no escritório regional de Teresina, a capital. Tem ainda 14 técnicos do EMATER nos Serviços de ATES/INCRA (Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária) e 4 técnicos da AESCAPI/MST.
- De 1999 a 2005 há um equilíbrio entre o número de contratos do PRONAF custeio e investimento. Os valores variam de acordo com a modalidade do projeto. Precisamos identificar o nível e a causa de inadimplência desses projetos para sabermos se estão ou não indo bem.
- Foram mapeados neste Território 93 Assentamentos de Reforma Agrária, sendo 42 federais, 44 estaduais e 7 municipais; totalizando 4006 famílias assentadas. Em termos percentuais, representa 30% dos Assentamentos do Piauí e 20% das famílias assentadas. O investimento de Reforma Agrária no Território é significativo.
- O Crédito Fundiário tem uma aplicação de dezoito milhões de reais no estado do Piauí. Um pouco mais de três milhões e meio (14 %) estão aplicados no Território do Entre Rios.
- O censo agropecuário de 1996 indica que a grande maioria das propriedades (17%), quase um quinto, têm menos de dez hectares. Precisamos pensar ações específicas para essas propriedades que mal atendem às necessidades de provisão familiar. E 44% dos produtores estão na condição de arrendatário.

- Na área de saúde, os fatores mais relevantes de limitação são: a precariedade e insuficiência da infra-estrutura e dos equipamentos hospitalares existentes; a carência de recursos humanos especializados e a fragilidade das políticas de prevenção em saúde.

2.5. Características Político-institucionais

O Território apresenta diversas organizações governamentais e não-governamentais que prestam serviço, dirigem, mobilizam, formam e apóiam a população nas mais diversas áreas.

No campo governamental, o Território está constituído por 33 Prefeituras Municipais, 32 Câmara de Vereadores e representações diversas de órgãos estaduais (Educação, Saúde, Fazenda, DETRAN, Polícia Militar, UESPI, PCPR, dentre outros) e federais (INSS, Receita Federal, Ministério do Trabalho e Emprego, IBAMA, UFPI, CONAB, Exército, Polícia Rodoviária, dentre outros). O Poder judiciário está representado em todos os municípios seja como Comarca ou Termo Judiciário; o mesmo ocorre com o Ministério Público Estadual.

No campo do terceiro setor, o Território conta com uma diversidade de organizações sociais nas mais diferentes áreas de atuação, principalmente Associações Comunitárias de Moradores ou Produtores.

Dentre as principais associações presentes no território destacam-se:

Entre Rios	<p>Não filiadas á OCEPI</p> <p>Cooperativa dos Horticultores Comunitários do Itararé Ltda <i>Teresina – PI</i></p> <p>COOPEIXE - Cooperativa de Produtores de Peixe de Teresina <i>Teresina – PI</i></p> <p>CARNAÚBA - Cooperativa de Desenvolvimento Humano e Serviços Técnicos. <i>Teresina – PI</i></p> <p>E C O - O - T U R - Cooperativa Mista para o Desenv. do Turismo Cultural, Ecológico e Ambiental. <i>Teresina - PI</i></p> <p>COOCAPRO - Cooperativa dos Capacitadores Profissionais do Estado do Piauí. <i>Teresina –PI</i></p>
	<p>Registradas na OCEPI</p> <p><i>DELTA - Cooperativa Agropecuária do Baixo Parnaíba Ltda. (Indústria de Laticínios)</i> Parnaíba - PI</p> <p><i>CAMAPLA - Cooperativa Agrícola Mista de Angical do Piauí Ltda.</i> Angical - PI</p> <p><i>COAGRO - Cooperativa Agropecuária de Altos Ltda.</i> Altos – PI</p> <p>COAVE - Cooperativa Mista dos Avicultores do Piauí Ltda. Teresina-PI</p> <p>COMAMGIL - Cooperativa Mista Agropecuária de Monsenhor Gil Ltda. Monsenhor Gil-PI</p> <p>COMADEL - Cooperativa Mista Agropecuária de Demerval Lobão Ltda. Demerval Lobão-PI</p> <p>COODESPI - Cooperativa de Desenvolvimento Rural de São Pedro do Piauí tda. São Pedro do Piauí-PI</p> <p>COMPAGRO - Cooperativa Mista Agropecuária de Barro Duro Ltda. Barro Duro-PI</p> <p>COMVALE - Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Parnaíba Ltda. Teresina-PI</p> <p>COOPERHORT - Cooperativa dos Pequenos Produtores de Hortifrutigranjeiro de Teresina Ltda. Teresina-PI</p> <p>COOAPP - Cooperativa Agroindustrial de Pequenos Produtores Altos-PI</p> <p>COMVABEL - Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Berlenga. Passagem Franca-PI</p> <p>CODERVAM - Cooperativa de Desenvolvimento Rural do Vale do Rio Mulato Ltda. Regeneração-PI</p>

3. VISAO DE FUTURO

Ser referência no Estado do Piauí na promoção do desenvolvimento sustentável tendo a Agricultura Familiar como eixo aglutinador das ações estratégicas. A sustentabilidade territorial é resultado de um amplo processo de mobilização social, de integração dos segmentos da sociedade civil e do poder público com efetiva gestão social das Políticas Públicas.

Na dimensão sócio-cultural, os investimentos no desenvolvimento humano promoveram a erradicação do analfabetismo e a reestruturação de equipamentos nos serviços educacionais garantindo o acesso público e gratuito ao ensino básico, fundamental, médio e superior.

Na saúde a medicina preventiva consolidou a formulação de políticas públicas e a medicina curativa, tem na nossa capital Teresina, o centro de referência e reconhecimento mundial, principalmente no que se refere às intervenções sobre doenças tropicais e no combate a fome.

As necessidades de infra-estrutura básica com moradia, estradas, energia, água e saneamento básico foram prioridades nos Planos Plurianuais dos Estados e dos municípios. E a implementação planejada de ações tem resultados na melhoria da qualidade de vida.

O resgate das tradições, através de pequenos investimentos, em eventos públicos de divulgações das manifestações de nosso povo tem fortalecido nosso sentimento de pertencimento, de identidade nordestina, de povo de luta e conflito.

Na dimensão ambiental as recuperações das matas ciliares é uma realidade para as comunidades ribeirinhas, uso de agrotóxicos, queimadas, desmatamento desordenado e destinação inadequada do lixo, são substituídos por ações de prevenção e conservação do meio ambiente principalmente do uso de práticas de transição agro-ecológicas.

Na dimensão político-institucional temos o fortalecimento das organizações que fizeram da gestão participativa um instrumento de luta e conquistas de direitos, combatendo a corrupção através de instrumentos de participação como os conselhos e através de espaços institucionalizados para a participação como fóruns, machas e outras formas de movimentos populares.

A relação sociedade civil poder público tem se aperfeiçoado no Colegiado Territorial e o Conselho territorial tornou-se um importante instrumento de participação na definição do orçamento do Estado.

Na dimensão econômica a fonte para geração de emprego, trabalho e renda reduziram o êxito dos municípios para a capital Teresina, a partir de investimento nos setores rurais e urbanos.

A industrialização é incentivada como estratégia de desenvolvimento garantindo um convívio equilibrado com os ecossistemas. A oferta de serviços na capital, grande fonte de trabalho e renda, tem sido também aproveitada para os incentivos ao piso rural. A priorização de ações de regulamentação fundiária, ofertas de créditos investimentos na agricultura familiar e, em atividades mono agrícolas conforme demandadas, aquisição coletiva de insumos e comercialização, oferta de capacitação, assistência técnica e pesquisa, potencializaram os eixos estratégicos na caprinocultura, apicultura, fruticultura, horticultura e piscicultura, tornando o território referencial de produção e comercialização da agricultura familiar.

4. ANÁLISE PARTICIPATIVA DE PROBLEMAS E POTENCIALIDADES TERRITORIAIS

Potencialidades comuns aos municípios do território:

- Água abundante (Rio Parnaíba, Poti e lagoas);
- Agricultura de subsistência;
- Pecuária de pequeno porte: caprino, ovino;
- Criação de ave caipira, peixes;
- Florada apícola;
- Horticultura;
- Fruticultura: manga, laranja e caju;
- Culturas irrigadas;
- Vazantes;
- Rios, riachos e barragens e poços tubulares;
- Extrativismo vegetal e mineral;
- Terras agricultáveis;
- Produção do mel de abelha;
- Beneficiamento de frutas;
- Indústrias de castanha de caju;
- Mini-indústrias de óleo de babaçu;
- Artesanato de palha, madeira, talos, argila, bordados, varandas e outros;
- Turismo de negócios, eventos e religioso;
- Mão-de-obra abundante;
- Olarias de tijolos e telhas;
- Manifestações culturais;
- Potencial de pólo de confecção;
- Existência de assentamento de reforma agrária regularizados;
- Trabalhos com segurança alimentar;
- Cana-de-açúcar e indústria de beneficiamento;
- Comércio ativo;
- Serviços na área de educação e saúde;
- Centro de pesquisa tecnológica – **EMBRAPA**;
- Presença das Universidades Estadual e Federal;
- Associativismo (espírito de ajuda).

Problemas comuns aos municípios do território:

- **Questão Fundiária:** Concentração fundiária; a maioria dos mini e pequenos produtores não têm a propriedade da terra;
- **Agropecuária:**
- A não existência de um banco de sementes selecionadas na Região não permite a melhoria da qualidade na produção;
- Forma inadequada na produção bovina torna a carne no Piauí mais cara que a importada de Goiás e do Maranhão;
- A infra-estrutura para a comercialização é precária com a presença muito grande de atravessadores;
- O mel é extraído artesanalmente;

- É insuficiente a quantidade de pequenas unidades de beneficiamento para os produtos da agricultura, da pecuária e do extrativismo;
- O Piauí não possui alevinos para a prática da piscicultura, atualmente são importados de Alagoas;
- A comercialização de carne e leite é feita em feiras e de porta em porta sem nenhum controle sanitário;
- Mão-de-obra sem capacitação;
- Muito alto o grau de analfabetismo dos produtores rurais adultos;
- Baixo grau de organização formal dos produtores;
- Crédito rural é insuficiente e muito caro pelos altos juros;
- Difícil acesso ao crédito por não ter o produtor rural a legalização da posse da terra;
- A assistência técnica é feita de forma esporádica;
- **ARTESANATO E TURISMO:**
- Poucos eventos para exposições do artesanato;
- Não são realizadas oficinas para incentivo da produção artesanal. - não democratização da assistência técnica e capacitação;
- Desarticulação das instituições - PRODART, SEBRAE e BN - pulverizando suas ações na área do turismo;
- Infra-estrutura de estradas, hotéis e de espaços para lazer e não qualificação profissional não oferece boas condições para o desenvolvimento do turismo.

Caracterização da produção na Agricultura Familiar (fonte: PLANAP/2006) :

ATIVIDADES EM DECLÍNIO: Extrativismo vegetal; Bovinocultura de leite; Produção de rapadura.

ATIVIDADES ESTAGNADAS: Bovinocultura de corte, Agricultura de sequeiro: arroz, milho, feijão e mandioca.

ATIVIDADES CONSOLIDADAS: Criação de galinha caipira, Ovinocaprinocultura, Avicultura (Teresina), Cana-de-açúcar (álcool e açúcar), Fruticultura (Altos), Indústria de confecções, Comércio varejista, Produção de aguardente, Agroindústria de mandioca, Cerâmica, Serviços de saúde.

ATIVIDADES EM EXPANSÃO: Criação de galinha, caipira, Ovinocaprinocultura, Cajucultura de sequeiro, Apicultura, Indústria de confecções, Produção de aguardente, Horticultura, Piscicultura.

TENDÊNCIAS: Criação de galinha caipira, Avicultura, Ovinocaprinocultura, Suinocultura, Fruticultura irrigada, Apicultura, Piscicultura, Cajucultura de sequeiro, Horticultura orgânica, Comercialização da castanha de caju, Agroindústria de polpa de frutas, Turismo de lazer.

5. PROGRAMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

5.1. Objetivos Gerais

O PTDRS do território Entre Rios tem como objetivos gerais a materialização das áreas de resultados definidas no processo de promoção do desenvolvimento territorial que são:

- Fortalecimento da gestão social
- Fortalecimento das redes sociais de cooperação
- Dinamização econômica do território
- Articulação de políticas públicas

Eixos Aglutinadores

- Investimentos estruturadores: reordenamento agrário, eletrificação, pavimentação, telefonia, transporte.
- Estudo e fortalecimento das cadeias produtivas de horticultura, ovinocaprinocultura, mandiocultura, apicultura, fruticultura, piscicultura.
- Revitalização e fortalecimento do extrativismo.
- Recuperação e conservação dos recursos naturais.
- Estruturação e fortalecimento do artesanato e turismo.
- Estudo e investimento para atividades não agrícolas.
- Infra-estrutura educacional, de assistência social e de saúde.

5.2. Diretrizes Estratégicas e Linhas de Ação

Diretrizes Estratégicas	Linhas de Ação
ACESSO À TERRA	<ul style="list-style-type: none">• Incrementar um programa de reforma agrária a nível federal (INCRA) e estadual (INTERPI)• Distribuição das terras públicas pelo INTERPI.• Colocar em prática o programa Crédito Fundiário, flexibilizando a quantidade de famílias assentadas para menos de 10 famílias.• Aceleração do programa de desapropriação de terras improdutivas acima de 10 lotes.• Regularização fundiária das pequenas propriedades.• Desapropriação de terras sob ocupação dos trabalhadores, assentando-os imediatamente.
	<ul style="list-style-type: none">• Municipalização da assistência técnica.

<p>ASSISTÊNCIA TÉCNICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dar suporte aos municípios para criar secretarias de agricultura e/ou estruturar as existentes.
<p>ACESSO ÀS NOVAS TECNOLOGIAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar uma política para a instalação de agroindústria para beneficiamento do babaçu e do pó de carnaúba. • Estabelecer parcerias entre o governo do Estado, município e instituições voltadas para a difusão de novas tecnologias, buscando aumentar a produção e produtividade do setor do extrativismo vegetal da região.
<p>ACESSO AO CRÉDITO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Maior agilidade na liberação de crédito por parte das instituições financeiras para viabilizar a produção e comercialização • Isenção de algumas exigências documentais para que o agricultor tenha acesso ao crédito. • Ampliação do teto PRONAF A e B • Organizar os trabalhadores através de suas entidades e cooperativas para facilitar o acesso ao crédito para agricultura familiar e a pecuária.
<p>ARTESANATO COMPETITIVO NA COMERCIALIZAÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O PRODART deve melhorar a divulgação das políticas de estímulo e fomento ao artesanato, dos programas de linha de crédito, feiras, cursos dentre outros. • Incentivar, apoiar e orientar o associativismo e/ou cooperativismo entre os artesãos. • Implantar e facilitar linhas de crédito individuais e/ou através de cooperativas, como forma de fortalecer a produção e comercialização do produto artesanal. • Construção de centros e postos para divulgação e comercialização do artesanato da região. • Inventariar o potencial artesanal da região como forma de identificar uma tipologia que represente a cultura piauiense.
	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a divulgação e organização do

POTENCIALIDADES TURÍSTICAS

potencial turístico da região.

- Implantar ações sistemáticas para melhorar a infra-estrutura básica das regiões turísticas: estradas, hotéis, atendimento, e outros.
- Estabelecer parcerias de fomento ao turismo entre Governo do Estado e as prefeituras das regiões turísticas.
- Criar programas educativos para conscientizar a população sobre a importância do turismo e conservação do meio-ambiente.
- Promover cursos de capacitação e qualificação profissional para todos segmentos envolvidos com os setores turísticos: hotéis, taxistas, barraqueiros, guias e outros.

5.3. Projetos Estratégicos

O território definiu como projetos produtivos estratégicos a Fruticultura, Horticultura, Apicultura e a Ovinocaprinocultura com vistas a concretizar a visão de futuro.

I. OVINOCAPRINOCULTURA

Objetivo:

- Estruturar a cadeia produtiva da ovinocaprinocultura utilizando a difusão de inovações tecnológicas

Principais Atividades:

- Realização de capacitação para criadores
- Implantação de unidades de transferência de tecnologia
- Assistência técnica permanente
- Aquisição de matrizes
- Aquisição de reprodutores geneticamente melhorados
- Implantação de banco de sêmen
- Implantação de banco de proteínas, pastagens e forragens
- Construção e/ou adequação de apriscos
- Fomento a novas associações e cooperativas e fortalecimento das já existentes

Resultados Esperados:

- Rebanhos com melhor carga genética
- Melhoria na tecnologia de criação

- Melhoria da renda dos criadores
- Organização da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura
- Produtos e subprodutos da ovinocaprinocultura com melhor qualidade para competir no mercado.

II. CAJUCULTURA

Objetivo:

- Promover o desenvolvimento da cajucultura com a expansão da área cultivada e a introdução de tecnologia

Principais Atividades:

- Capacitação de agricultores para produção de mudas de caju enxertadas e beneficiamento do pseudofruto e da castanha
- Instalação de viveiros para produção de mudas de caju enxertadas
- Expansão da área cultivada de caju
- Distribuição de mudas de caju anão precoce
- Implantação de agroindústrias
- Organização dos produtores

Resultados Esperados:

- 100% dos cajucultores capacitados e trabalhando na atividade
- Aproveitamento da mão-de-obra familiar
- Melhoria na renda das famílias
- Ampliação da área cultivada de caju em 80%
- Diversificação dos subprodutos do caju
- Introdução dos produtos da cajucultura na alimentação escolar

III. APICULTURA

Objetivo:

- Fortalecer e expandir a cadeia produtiva da apicultura no território.

Principais Atividades

- Aquisição e distribuição de colméias e equipamentos para os apicultores
- Construção de casas de mel
- Construção e estruturação de entrepostos de mel
- Capacitação de apicultores em técnicas de manejo
- Capacitação de apicultores em organização e gestão

Resultados Esperados

- 100% dos apicultores capacitados e organizados em cooperativas
- Cooperativas estruturadas e fortalecidas
- Comercialização dos produtos do mel nos mercados nacional e internacional
- Aumento da produção de mel
- Permanência do homem no campo
- Geração de emprego e renda

IV. FRUTICULTURA

Objetivo:

- Implantar pólos de fruticultura irrigada no território

Principais Atividades:

- Identificação de áreas que tenham potencialidades para o cultivo de melancia, mamão, banana, maracujá, laranja, coco, limão, tangerina, manga e caju
- Implantação de pólos de fruticultura irrigada
- Capacitação de agricultores familiares
- Contratação de assistência técnica
- Implantação de agroindústria familiar de beneficiamento
- Estruturação do nível organizacional dos produtores

Resultados Esperados:

- Abastecimento de 100% do mercado de frutas do Território com produtos de primeira qualidade e competitividade
- Geração de emprego e renda
- Maior circulação de divisas no Território

6. GESTÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O modelo de gestão das institucionalidades territoriais foi proposto nas oficinas territoriais conforme descrito abaixo:

- Cada município apresenta quatro nomes, sendo obrigatoriamente 02 (dois) da sociedade civil (sindicato de trabalhadores rurais e outra organização do município); e 02 (dois) do poder público (prefeitura municipal e câmara de vereadores). Essas representações compõem a PLENÁRIA do colegiado territorial.
- Cada aglomerado de município apresenta, no mínimo, 06 (seis) nomes, sendo 03 (três) da sociedade civil e 03 (três) do poder público para a composição do NÚCLEO DIRETIVO do colegiado territorial.

- Cada município pode apresentar nomes para o NÚCLEO TÉCNICO. Esses nomes serão cadastrados e analisados pela plenária para validação. O NÚCLEO TÉCNICO deverá ser composto de pessoas das diversas áreas de conhecimento como: agrônomos, técnicos agrícolas, assistentes sociais, profissionais da saúde, dentre outros.
- Todas as composições deverão basear-se na Resolução nº52 do CONDRAF, principalmente no que se refere à representatividade, diversidade e paridade.

7. BIBLIOGRAFIA

MDA. *Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais: referência para o apoio ao desenvolvimento territorial*. MDA/SDT, Brasília, 2004. mimeo.

_____. *Referências para um Programa Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável*. MDA/SDT/CONDRAF, Brasília, 2003.

_____. *Orientações para Prática no Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais*. MDA/SDT, Brasília, 2004. mimeo.

CODEVASF. *Plano de desenvolvimento integrado da Bacia do Parnaíba – PLNAP: síntese executiva: Território Entre Rios*. Brasília – DF, 2006.

8. Anexo 1

Informações sobre a População

Municípios	Área (Km ²)	População Residente (hab.)			Índices Demográficos		
		Total	Urbana	Rural	Densidade Demográfica (Hab/Km ²)	Índice de Urbanização (%)	Razão de Dependência (%)
Agricolândia	112,4	5.340	3.942	1.398	47,5	73,8	67,3
Água Branca	97,0	14.517	13.075	1.442	149,7	90,1	64,2
Altos	957,6	36.130	26.199	9.931	37,7	72,5	67,9
Amarante	1.304,7	16.884	8.916	7.968	12,9	52,8	68,3
Angical do Piauí	201,2	6.788	5.065	1.723	33,7	74,6	65,3
Barro Duro	131,1	6.787	5.029	1.758	51,8	74,1	66,5
Beneditinos	792,5	9.712	5.214	4.498	12,3	53,7	66,8
Currálinhos	362,7	3.641	797	2.844	10,0	21,9	74,6
Demerval Lobão	221,0	12.489	10.254	2.235	56,5	82,1	65,7
Hugo Napoleão	273,7	3.703	2.945	758	13,5	79,5	66,6
Jardim do Mulato	460,5	3.990	1.169	2.821	8,7	29,3	67,2
José de Freitas	1.538,2	32.858	18.110	14.748	21,4	55,1	68,6
Lagoa Alegre	394,6	6.849	2.337	4.512	17,4	34,1	79,7
Lagoa do Piauí	427,1	3.488	939	2.549	8,2	26,9	69,6
Alto Longa	1.621,3	12.000	5.604	6.396	7,4	46,7	67,4
Coivaras	506,7	3.507	875	2.632	6,9	25,0	65,0

Municípios	Área (Km ²)	População Residente (hab.)			Índices Demográficos		
		Total	Urbana	Rural	Densidade Demográfica	Índice de Urbanização	Razão de Dependência
Lagoinha do Piauí	67,5	2.231	1.033	1.198	33,1	46,3	64,8
Miguel Alves	1.393,7	29.849	9.609	20.240	21,4	32,2	88,6
Miguel Leão	74,5	1.370	749	621	18,4	54,7	73,2
Monsenhor Gil	582,0	10.309	4877	5432	17,7	47,3	67,2
Olho D'Água do Piauí	220,1	2.283	943	1340	10,4	41,3	67,9
Palmeirais	1.360,3	12.154	4381	7773	8,9	36,0	76,4
Passagem Franca do Piauí	849,6	4.195	2314	1881	4,9	55,2	80,8
Pau D'Arco do Piauí	426,6	2.992		2992	7,0		72,6
Regeneração	1.257,1	17.471	13241	4230	13,9	75,8	69,7
Santo Antônio dos Milagres	33,1	1.876	622	1254	56,7	33,2	73,7
São Gonçalo do Piauí	147,5	4.249	3266	983	28,8	76,9	68,0
São Pedro do Piauí	525,7	12.510	7103	5407	23,8	56,8	71,2
Teresina	1.755,6	715.360	677470	37890	407,5	94,7	52,7
União	1.173,4	39.801	16089	23712	33,9	40,4	74,3
a) Total do Território	17.141	1.019.826	845.688	174.138	59,5	82,9	-
b) Total do Estado	251.529	2.843.278	1.788.590	1.054.688			64,7
c) % de a/b	6,8	35,9	47,3	16,5	-	-	-

Fonte: Censo Demográfico, 2000

Anexo 2

Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

Município	IDH-M	IDH-M por componente		
		Longevidade	Educação	Renda
Agricolândia	0,622	0,672	0,719	0,474
Água Branca	0,652	0,679	0,734	0,545
Altos	0,618	0,672	0,682	0,500
Amarante	0,630	0,700	0,689	0,501
Angical do Piauí	0,648	0,708	0,745	0,491
Barro Duro	0,624	0,679	0,665	0,527
Beneditinos	0,604	0,672	0,641	0,499
Curralinhos	0,571	0,637	0,641	0,434
Demerval Lobão	0,630	0,673	0,707	0,512
Hugo Napoleão	0,575	0,592	0,647	0,486
Jardim do Mulato	0,580	0,643	0,639	0,457
José de Freitas	0,614	0,621	0,718	0,505
Lagoa Alegre	0,583	0,666	0,639	0,442
Lagoa do Piauí	0,599	0,644	0,698	0,456
Lagoinha do Piauí	0,631	0,693	0,719	0,481
Miguel Alves	0,540	0,592	0,579	0,449
Miguel Leão	0,626	0,733	0,667	0,483
Monsenhor Gil	0,622	0,661	0,709	0,495
Olho D'Água do Piauí	0,582	0,635	0,649	0,463
Palmeirais	0,587	0,658	0,643	0,460
Passagem Franca do Piauí	0,564	0,643	0,606	0,442
Pau D'Arco do Piauí				
Regeneração	0,611	0,693	0,642	0,498
Santo Antônio dos Milagres	0,565	0,537	0,714	0,445
São Gonçalo do Piauí	0,643	0,693	0,733	0,503
São Pedro do Piauí	0,634	0,721	0,686	0,494
Teresina	0,767	0,734	0,870	0,695
União	0,601	0,666	0,669	0,469
Território	0,717	0,709	0,809	0,638
Estado	0,656	0,653	0,730	0,584
País	0,766	0,727	0,849	0,723

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD

Anexo 3
Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e Pobreza

Municípios	Domicílios Totais (1)	Domicílios Pobres	
		Q (2)	% (2/1)
Alto Longa	2.951	2.030	68,8
Assunção do Piauí	1.470	870	59,2
Boa Hora	1.087	828	76,2
Boqueirão do Piauí	1.273	1.013	79,6
Buriti dos Montes	1.568	1.176	75,0
Cabeceiras do Piauí	185	1.434	775,1
Campo Maior	10.664	3.882	36,4
Capitão de Campos	2.368	1.184	50,0
Castelo do Piauí	4.190	1.940	46,3
Cocal de Telha	1.072	779	72,7
Coivaras	767	585	76,3
Jatobá do Piauí	1.042	756	72,6
Juazeiro do Piauí	960	696	72,5
Nossa Senhora da Nazaré	897	595	66,3
Novo Santo Antonio	721	602	83,5
São João da Serra	1.553	1.082	69,7
São Miguel do Tapuio	4.376	3.418	78,1
Sigefredo Pacheco	2.168	1.741	80,3
a) Território	39.312	24.611	62,6
b) Estado	665.808	298.282	44,8
c) % de a/b	5,9	8,3	

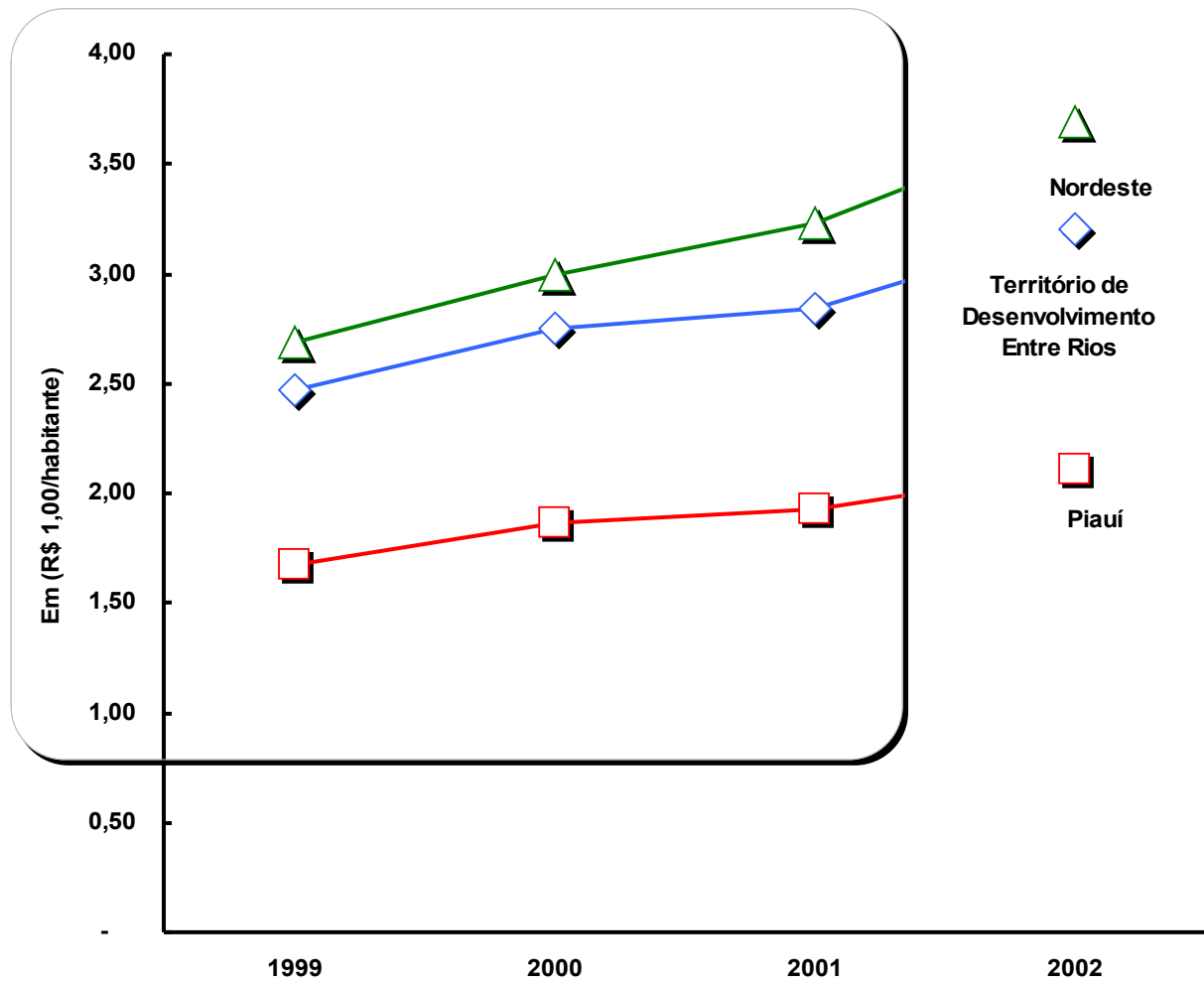
Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

* Saneamento inadequado e cujos responsáveis têm renda de até 1 SM/mês e frequentaram escola por menos de 4 anos.

Alto Longa	2.951	2.030	76,3
Coivaras	767	585	76,3

Anexo 4

Evolução do PIB Nordeste, Piauí e Território, 1999 a 2002



Anexo 5
Indicadores Econômicos – Informações Gerais

Municípios	Valores absolutos							
	Renda Total (1)	Renda Per Capita (2)	Produção Animal e Vegetal (3)	Arrecadação de ICMS (R\$ 1000)	Trab. nos estab. Rurais	Trab. nas Empresas com CNPJ	Receita Pública	
							Total R\$ Mil	de Transf. R\$ Mil
Agricolândia	3.560,00	66,68	403		1.292	23		
Água Branca	1.482,00	102,10	526		870	409		
Altos	2.816,00	77,96	7.393		10.152	530		
Amarante	1.325,00	78,48	1.679		5.357	186		
Angical do Piauí	5.027,00	74,06	1.481		1.187	97		
Barro Duro	6.210,00	91,50	720		837	76		
Beneditinos	7.511,00	77,34	946		3.703	67		
Currálinhos	1.909,00	52,45	476		1.244			
Demerval Lobão	1.853,00	83,86	849		1.543	120		
Hugo Napoleão	2.655,00	71,70	345		726	17		
Jardim do Mulato	2.399,00	60,15	356		1.368	5		
José de Freitas	2.637,00	80,28	5.673		6.686	373		
Lagoa Alegre	3.776,00	55,14	693		2.312	10		
Lagoa do Piauí	2.562,00	60,00	1.867		1.339	11		

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD

(1) Em R\$ mil/mês

(2) Em R\$/mês

(3) Em R\$ mil/ano

Municípios	Valores absolutos							
	Renda Total (1)	Renda Per Capita (2)	Produção Animal e Vegetal (3)	Arrecadação de ICMS (R\$ 1000)	Trab. nos estab. Rurais	Trab. nas Empresas com CNPJ	Receita Pública	
							Total R\$ Mil	de Transf. R\$ Mil
Lagoinha do Piauí	2.432,00	69,73	238		914	7		
Miguel Alves	1.717,00	57,53	5.204		8.878	111		
Miguel Leão	9.646,00	70,41	1.805		612	9		
Monsenhor Gil	7.814,00	75,80	1.139		2.559	35		
Olho D'Água do Piauí	1.428,00	62,58	775		1.696	1		
Palmeirais	7.463,00	61,41	2.131		3.516	55		
Passagem Franca do Piauí	2.311,00	55,11	675		1.524	10		
Pau D'Arco do Piauí								
Regeneração	1.342,00	76,87	874		4.054	156		
Santo Antônio dos Milagres	1.054,00	56,21	54		201	2		
São Gonçalo do Piauí	3.365,00	79,20	889		1.413	26		
São Pedro do Piauí	9.416,00	75,27	1.999		2.809	48		
Teresina	1.793,00	250,69	30.666		8.304	163.133		
União	2.570,00	64,59	8.794		2.609	500		
a) Total do Território	98.073,00	0,10	78.650		77.705	166.017		
b) Total do Estado	365.930,00	0,13	342.258		666.465	232.790		
c) % de a/b	26,8	74,7	23,0		11,7	71,3		

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD

(1) Em R\$ mil/mês

(2) Em R\$/mês

(3) Em R\$ mil/ano

Anexo 6

Município	Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho, 1991	Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho, 2000	Percentual da renda proveniente de transferências governamentais, 1991	Percentual da renda proveniente de transferências governamentais, 2000
Agricolândia	70,68	58,83	25,51	29,17
Altos	75,83	58,91	17,27	22,9
Amarante	77,93	58,15	17,98	26,1
Angical do Piauí	71,32	55,06	25,24	29,1
Água Branca	71,34	60,3	21,67	24,13
Barro Duro	69,96	55,72	22,5	26,25
Benedictinos	81,22	55,28	14,33	23,36
Curralinhos	69	63,26	9,42	20,56
Demerval Lobão	77,69	57,55	17,62	24,72
Hugo Napoleão	74,12	63,95	23,34	22,77
Jardim do Mulato	72,1	36,94	21,46	24,48
José de Freitas	79,55	62,73	14,63	18,48
Lagoa Alegre	83,64	66,23	9,46	20,29
Lagoa do Piauí	81,11	57,83	11,22	21,17
Lagoinha do Piauí	70,4	60,09	19,48	29,11
Miguel Alves	86,94	74,6	7,66	17,22
Miguel Leão	80,91	57,86	13,14	19,76
Monsenhor Gil	60,7	52,59	12,74	23,7
Olho d'Água do Piauí	73,34	61,43	15,49	25,49
Palmeirais	59,71	45,4	14,63	28,8
Passagem Franca do Piauí	77,17	61,44	16,22	22,93
Regeneração	71,61	49,3	21,87	27,52
Santo Antônio dos Milagres	70,85	58,88	15,69	25,71
São Gonçalo do Piauí	71,63	62,07	15,98	26,98
São Pedro do Piauí	76,6	65,22	17,53	25,23
Teresina	82,51	72,8	11,67	15,01
União	77,65	67,36	12,04	23,44
Média do Território	74,65	59,25	16,51	23,87
Médio no Estado	80,77	56,13	12,35	21,57

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Alto Longa	77,45	54,99	13,69	23,37
Coivaras	78,75	57,14	10,83	21,63

Anexo 7**Utilização da área segundo atividade econômica**

Categoria do trabalhador	Destinação da área					
	Território		Estado		SC	
	ha	%	ha	%	ha	%
1. Lavoura Temporária	141.104	22,6	1.934.849	20,0	2.166.376	32,8
2. Horticultura e produção de viveiro	846	0,1	3.491	0,0	37.380	0,6
3. Lavoura permanente	67.726	10,8	413.902	4,3	200.528	3,0
4. Pecuária	265.424	42,4	4.929.575	51,0	2.142.791	32,4
5. Produção mista	122.138	19,5	1.878.064	19,4	1.300.056	19,7
6. Silvicultura	21.718	3,5	452.287	4,7	746.421	11,3
7. Pesca e aquicultura	495	0,1	3.769	0,0	10.815	0,2
8. Carvão vegetal	6.123	1,0	44.034	0,5	8.479	0,1
Total	625.574	100,0	9.659.971	100,0	6.612.846	100,0

Fonte: Censo Agropecuário, 1995/1996

Anexo 8**Ocupação da terra segundo a condição do produtor**

Condição do Produtor	Estabelecimentos Rurais					
	Território		Estado		SC	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Proprietário	8.623	28,9	94.032	45,2	171.498	84,3
2. Arrendatário	8.589	28,8	19.148	9,2	12.114	6,0
3. Parceiro	4.142	13,9	31.677	15,2	6.131	3,0
4. Ocupante	8.499	28,5	63.261	30,4	13.604	6,7
Total Geral	29.853	100,0	208.118	100,0	203.347	100,0

Fonte: Censo Agropecuário, 1995/1996